

Magistrada foi substituída na Unidade de Combate ao Crime Violento e fala em «saneamento». PGR nega «natureza disciplinar» do caso.

Está instalada a entre a diretora do Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP), Maria José Morgado, e Cândida Vilar, que fala em «saneamento», referindo-se à sua substituição no cargo da Unidade de Combate ao Crime Violento. Ontem, Maria José Morgado revelou o nome do substituto, Manuel Gonçalves, depois de, na terça-feira, ter feito circular a alteração pelas várias polícias. «Um procedimento de rotina que visa dar conhecimento às polícias [do responsável] com quem passam a trabalhar a partir de agora», considerou a diretora do DIAP. No documento, era ainda referido o novo cargo de Cândida Vilar, que foi enaltecida pelo seu percurso no combate aos crimes mais violentos. «A partir de agora, fica integrada nos serviços da direção deste DIAP», diz o texto.

Em declarações à Lusa, a magistrada disse que o seu afastamento do cargo se deveu a uma queixa do diretor da Polícia Judiciária, Almeida Rodrigues, à Procuradoria-Geral da República (PGR) e que está relacionada com um caso de tráfico de droga, em que é acusada de violar os seus «direitos funcionais».

Cândida Vilar nega as acusações e sustenta que, na base da queixa, estão questões sobre as competências de diferentes forças policiais, que a Lei de Organização da Investigação Criminal deixa por resolver. A magistrada considera -se alvo de um «saneamento», tendo transmitido já essa opinião à diretora do DIAP.

A PGR fala numa «atualização de competências» e nega a «natureza disciplinar» da decisão. Pelas mãos de Cândida Vilar passaram casos como 'Máfia da Noite' e 'No Name Boys'.

Letícia Neto | A Bola | 03-04-2014